



## AS COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: um estudo em dois municípios do Paraná

### FAMILY AGRICULTURE COOPERATIVES AND LOCAL DEVELOPMENT: A Study in two Cities in Paraná

*Andréia Faxina Wiese* <sup>(1)</sup>

*Olga Alicia Gallardo Millanés* <sup>(2)</sup>

*Marcos Clair Bovo* <sup>(3)</sup>

*Universidade Estadual do Paraná/UNESPAR, Campus de Campo Mourão-PR*

#### RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender a participação da Cooperativa Agroindustrial de Corumbataí do Sul (COAPROCOR) e da Cooperativa de Agricultores Familiares Vale do Rio Cantu (COAVRCAN) na promoção do desenvolvimento local dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama, no estado do Paraná. Para tanto, realizou-se uma análise de correlação entre os indicadores econômico-financeiros das cooperativas (extraídos do Balanço Patrimonial e do DRE) e os indicadores socioeconômicos dos municípios (dados do IPARDES e IBGE), no período de 2009 a 2014. Além disso, efetuou-se uma análise comparativa das cooperativas e dos indicadores socioeconômicos dos municípios, paralelamente aos resultados de nove entrevistas realizadas. Esta pesquisa demonstrou que a inserção do cooperativismo nos dois municípios estudados impulsionou a diversificação da produção, a organização dos produtores familiares para o acesso aos programas governamentais e contribuiu com a movimentação da economia local. Desde a criação das cooperativas, os indicadores socioeconômicos dos municípios apresentaram uma evolução significativa, principalmente os de Corumbataí do Sul. Os entrevistados relataram a importância da COAPROCOR e da COAVRCAN para os cooperados e para o desenvolvimento social e econômico no município onde estão sediadas.

**Palavras-chave:** Cooperativismo, agricultura familiar, desenvolvimento socioeconômico.

#### ABSTRACT

This paper aims to understand the participation of two cooperatives the Cooperativa Agroindustrial de Corumbataí do Sul (COAPROCOR) and the Cooperativa de Agricultores Familiares Vale do Rio Cantu (COAVRCAN) in promoting the local development of the municipalities of Corumbataí do Sul and Iretama, in the state of Paraná. For that, a correlation analysis was performed between the economic and financial indicators of the cooperatives (extracted from the Balance Sheet and the DRE) and the socioeconomic indicators of the municipalities (data from IPARDES and IBGE), from 2009 to 2014. Furthermore, a comparative analysis of the cooperatives and socioeconomic indicators of the municipalities was carried out, in parallel with the results of nine interviews. This research demonstrated that the insertion of cooperativism in the two municipalities studied stimulated the diversification of production, the organization of family producers for access to government programs and contributed to the movement of the local economy. Since the creation of the cooperatives, the socioeconomic indicators of the municipalities have shown a significant evolution, especially those of Corumbataí

do Sul. The interviewees reported the importance of COAPROCOR and COAVRCAN for the cooperative and for the social and economic development in the municipality where they are based.

**Keywords:** Cooperativism; family agriculture; socioeconomic development.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, a dinâmica da vida rural vem se transformando há décadas, principalmente com o cenário que engloba a modernização da agricultura, a produção de grãos em larga escala, a abertura de mercados e a ampliação dos canais de comercialização. Ao contrário dos produtores latifundiários, os pequenos produtores sofreram vulnerabilidades econômicas, ambientais e produtivistas, sobretudo, por possuírem uma pequena extensão de terras e poucos recursos financeiros para se manterem competitivamente na área agrícola.

Na atual conjuntura brasileira, os agricultores familiares vivenciam os desafios oriundos desse processo histórico, influenciado, particularmente, pelos acontecimentos políticos, econômicos e sociais das últimas décadas. Dessa forma, a agricultura familiar, almejando atender aos objetivos comuns, procura formas de organizações sociais, como a constituição de associações de pequenos produtores e as Cooperativas de Agricultura Familiar. Pinho (2001) aponta que as cooperativas são associações criadas para prestar serviços econômicos para seus cooperados e, ao mesmo tempo, desenvolver ações de caráter socioeconômico direcionadas para seus integrantes cooperados, seus familiares e comunidade.

Assim, as cooperativas de agricultura familiar passam a emergir como alternativa de inclusão social e geração de renda para esses agricultores frente à concorrência de um mercado globalizado e, os atores sociais como o governo, as organizações

cooperativas, associações, os próprios produtores e os movimentos sindicais, exercem papéis fundamentais no que se refere aos contextos locais. Diante disso, buscou-se nesse estudo, ampliar o entendimento sobre “As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Local”, numa direção múltipla a partir de uma perspectiva interdisciplinar.

Os loci da análise são os municípios de Corumbataí do Sul, onde está localizada a Cooperativa Agroindustrial de Corumbataí do Sul-PR e Região (COAPROCOR) e o de Iretama - PR, no qual se encontra a Cooperativa dos Agricultores Familiares Vale do Rio Cantu (COAVRCAN), pertencentes à mesma mesorregião, a Centro-ocidental Paranaense e à Microrregião de Campo Mourão - PR.

A questão norteadora que se estabelece como problemática nessa pesquisa é: quais as contribuições das cooperativas de agricultura familiar COAPROCOR e COAVRCAN na promoção do desenvolvimento local? O objetivo geral deste artigo é compreender a participação da COAPROCOR e da COAVRCAN na promoção do desenvolvimento local dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama no estado do Paraná.

A concepção de desenvolvimento local adotada é definida por Buarque (1999, p. 9), o qual estabelece que o desenvolvimento de uma determinada localidade pode ser impulsionado por um grupo capaz de promover o “dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população”, elevando as oportunidades

sociais, a viabilidade e a competitividade da economia local, visando, sobretudo, aumentar a renda e as formas de riqueza e “ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais”

Essa pesquisa parte de uma abordagem quali-quantitativa, constituindo sua metodologia de natureza descritiva, a partir da análise de fontes documentais, de dados secundários e entrevistas, e de natureza exploratória visando proporcionar maior familiaridade com o objeto, torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses (GIL, 2000). A metodologia adotada teve por base: análise dos coeficientes de correlação de Pearson entre os indicadores socioeconômicos dos municípios e os indicadores econômico-financeiros das cooperativas (período de 2009 a 2014) e a realização de nove entrevistas.

A opção teórica por esse tema visa entender como as cooperativas de agricultura familiar se organizam para enfrentar localmente os problemas gerados em um contexto global e contribuir com reflexões interdisciplinares para o exercício da agricultura familiar no modelo de cooperativas.

Este artigo está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção é apresentada a base teórica sobre agricultura familiar e cooperativismo, apresentado a constituição das cooperativas de agricultura familiar COAPROCOR e COAVRCAN. Na terceira, estão descritos os procedimentos metodológicos. Na quarta, encontram-se os resultados desta pesquisa, demonstrando as contribuições socioeconômicas dessas cooperativas para o desenvolvimento local. Na última, as considerações finais.

## **AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO: A CONSTITUIÇÃO DAS COOPERATIVAS COAPROCOR E COAVRCAN**

A agricultura familiar, durante décadas, foi encarada “como importante socialmente, mas de expressão econômica marginal” (ABRAMOVAY; PIKETTY, 2005, p.57). Porém, apesar das dificuldades e dos desafios gerados em virtude da globalização, concorrência, falta de recursos financeiros para acompanhar as novas tecnologias no campo, a agricultura familiar, no Brasil, tem mostrado capacidade de “incorporar ativamente inovações tecnológicas tomar crédito e participar de mercados dinâmicos [...]” (ABRAMOVAY; PIKETTY, 2005, p.57).

Na literatura a definição de agricultura familiar perpassa pelo seu processo histórico, tendo o agricultor familiar como protagonista de diversas lutas e reivindicações em busca de reforma agrária e de políticas públicas que o auxiliassem na inserção produtiva, criando canais de comercialização. Porquanto, frente à dificuldade na elaboração de uma definição teórica, que seja sem ressalvas, o Estado procurou formular um conceito normativo que permitisse operacionalizar as políticas públicas para a agricultura familiar.

Neste sentido, a Lei 11.326/2006 busca uma caracterização geral para esse grupo social bastante heterogêneo. Na referida lei, a definição de agricultor familiar é baseada naquele que pratica atividades no meio rural e atenda, simultaneamente, aos seguintes requisitos: a) não detenha área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; b) utilize, predominantemente, mão de obra da própria família; c) tenha renda familiar, predominantemente, das atividades realizadas no próprio estabelecimento; d)

dirija o estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Nas cooperativas COAPROCOR e COAVRCAN, são observadas características comuns, como o fato do quadro social ser constituído, na maior parte, por produtores pertencentes à agricultura familiar, por possuírem menos de 1000 associados, por receberem receitas dos programas PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e indiretamente do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e por terem sido constituídas no ano de 2009. Cabe destacar, que os programas governamentais citados fazem parte de um conjunto de políticas públicas que objetivam melhorar a qualidade de vida desse grupo, buscando soluções para superação das dificuldades socioeconômicas que a agricultura enfrenta, sendo no Brasil “um exemplo recente de delimitação da ação governamental a um público específico” (CUNHA et. al, 2017).

Nessa perspectiva, para Buianain (2003) quando o produtor familiar recebe apoio suficiente, se torna capaz de produzir uma renda que supere os custos da produção, gerando excedentes financeiros. Esse incentivo, se materializa em políticas públicas. Contudo, a atenção do Estado não pode se ater ao mero caráter assistencialista, Mantelli e Moura (2011) compreendem que algumas ações são necessárias como: atender às demandas dos produtores, estabelecer compromissos, viabilizar a produção, industrialização e comercialização, bem como o acesso ao crédito e às novas tecnologias. Por outro lado, apesar de ratificar a importância econômica de programas como o PRONAF, Resende e Mafra (2016) questionam a relação entre o desenvolvimento da agricultura familiar e o

seu reconhecimento, ou seja, a eficácia social de suas medidas.

O PRONAF, instituído pelo decreto 1.946/1996 e transformado na Lei 11.326/2006 tem como essência a democratização de recursos por meio da concessão de crédito e recursos técnicos aos pequenos produtores para mantê-los no campo e para competirem mercadologicamente (ALFATIN, 2003). Já o PAA, criado em 2003, por meio do artigo 19 da Lei 10.696, é uma das políticas públicas estruturadas dentro do conjunto de políticas do Programa Fome Zero do governo federal (ROCHA et al., 2007). Trata-se de uma ação governamental que utiliza mecanismos de comercialização para favorecer a aquisição direta de produtos de agricultores familiares portadores da DAP, objetivando agregar valor à produção e apoiar o enfrentamento da fome e da pobreza. Do mesmo modo que o PAA, o PNAE visa garantir a compra de alimentos dos produtores familiares, a Lei 11.947/2009 prevê um limite de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo governo federal aos estados e municípios para a merenda escolar dos alunos da rede pública de ensino, para a aquisição de alimentos do agricultor familiar, do empreendedor familiar rural ou de suas organizações (associações, cooperativas), da região onde estão localizadas as escolas (OLIVEIRA; PINHEIRO, 2015).

Para participar desses programas, que criam um canal de comercialização da produção agropecuária familiar, as cooperativas se tornaram importantes instrumentos de organização, passaram a gerenciar os recursos e a demanda entregue para atender as escolas (no caso do PNAE) e as instituições que atendem os usuários de entidades da rede (do Programa Fome Zero), como os restaurantes populares, bancos de

alimentos e cozinhas comunitárias. Dessa forma, os atores sociais como o governo, as organizações cooperativas e associações, os próprios produtores e os movimentos sindicais possuem papéis fundamentais para um projeto de desenvolvimento rural, principalmente nos contextos locais.

As organizações cooperativas, nesse intento, são formadas em busca da união de interesses de um grupo de produtores. No que se refere à agricultura familiar, a formação de associações e cooperativas torna-se ferramenta importante de organização social, política e econômica. Nessa concepção, o cooperativismo é entendido como uma alternativa aos agricultores familiares, organizando, agregando valor, comercializando e promovendo a inserção produtiva em mercados locais, regionais e globais (RIBEIRO et al., 2012). Sendo assim, as cooperativas COAPROCOR e COAVRCAN foram constituídas neste contexto, em que os cooperados se organizaram buscando enfrentar as dificuldades provenientes do processo de modernização, situações climáticas, relevo (em ambos municípios o relevo é acidentado, dificultando as culturas mecanizadas), condições econômicas e sociais.

Em Corumbataí do Sul, primeiramente, em 1992, foi criada a Associação dos Moradores e Agricultores de Corumbataí do Sul (AMOCOR), com o objetivo de reunir os produtores do café, sendo reformulado seu estatuto social em 1997, passando, então, a ser denominada de Associação de Produtores de Corumbataí do Sul (APROCOR), que, com parceiras e convênios passou a incentivar a exploração de outras atividades. Em 2001, com o incentivo da APROCOR, os produtores identificaram no maracujá azedo

(*Passiflora edulis f. flavicarpa*) um potencial para comercialização e, a fim de melhorar a renda dos produtores, decidiram formar uma cooperativa paralelamente às atividades da associação. Em 2009, foi fundada a COAPROCOR, com os propósitos de comercializar os produtos, proporcionar assistência técnica aos agricultores e incentivar o cultivo do maracujá e de outras culturas (LEONELLO, 2010).

A COAVCAN, em Iretama, também foi constituída em 2009, mas já como cooperativa, tendo surgido da vontade dos agricultores em aproveitar as vantagens oferecidas pelos programas de governo, em especial o PNAE. Sua atuação mais efetiva ocorreu a partir de 2011. A cooperativa atende mais de 40 municípios, para efeito de admissão de associados atende os municípios de Roncador, Nova Cantu, Altamira do Paraná, Mato Rico e seus municípios limítrofes.

A COAPROCOR atende aos municípios de Barbosa Ferraz, Nova Tebas, Iretama, Godoy Moreira, Arapuã, Quinta do Sol, Peabiru, Prudentópolis, Lidianópolis, Borrazópolis, Jandaia do Sul, além de outro fora da região, o município de reserva. Os produtores das duas cooperativas são considerados médios e pequenos produtores, com extensão da propriedade entre 1 e 20 alqueires de terras. O quadro social da COAPROCOR em 2009 era de 74 cooperados, passando para 955 em 2014, da COAVRCAN era 89 cooperados em 2009 aumentando para 249 em 2014.

De acordo com os dados do IBGE (2010), Corumbataí do Sul possui 43% de sua população na área rural e a atividade agropecuária representa 55% do Produto Interno Bruto (PIB). Em Iretama, 42% da população encontra-se na área rural e 40% do

PIB corresponde à atividade agropecuária, isso significa que a atividade rural movimenta a economia dessas regiões. No caso dos dois municípios, o Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) está entre os mais baixos, Corumbataí do Sul 0,638 e Iretama 0,584.

A constituição tanto da COAPROCOR quanto da COAVRCAN ocorreu com o propósito de gerar renda para os pequenos produtores, incentivar e apoiar a diversificação, visando o desenvolvimento da região onde estão inseridas. Portanto, na próxima seção discorre-se sobre a metodologia utilizada para compreender as contribuições dessas cooperativas de agricultura familiar para o desenvolvimento local.

## METODOLOGIA

Essa pesquisa parte de uma abordagem quali-quantitativa. As fontes primárias para o seu desenvolvimento correspondem às informações obtidas em documentos das cooperativas (Demonstração do Resultado do Exercício -DRE, Balanço Patrimonial) e por meio das entrevistas realizadas com os agricultores familiares, representantes das cooperativas e dos municípios onde estão sediadas. As fontes secundárias foram obtidas em órgãos oficiais do poder público (IBGE, IPARDES, SEFA) e com a revisão literária.

Para a análise de correlação, buscou-se indicadores econômico-financeiros que interferem na renda dos cooperados e na rentabilidade das cooperativas, bem como indicadores socioeconômicos que demonstram a movimentação econômica nos municípios, o período estudado foi de 2009 a 2014. Sendo assim, os indicadores econômico-financeiros selecionados foram:

- Despesas com pessoal: todo e qualquer recurso aplicado pela organização na remuneração direta ou indireta de seus funcionários.
- Sobras disponíveis: sobras disponíveis a Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação.
- Receita Operacional Bruta: é o total da receita da venda de produtos e prestação de serviços (GITMAN, 2006).
- Sobras (Lucro Líquido do Exercício): sobras após as destinações legais e estatutárias;
- Capital Social Integralizado: o capital social (quota-partes) dos cooperados é incorporado ao patrimônio líquido da cooperativa (BRASIL, 1971).

De acordo com a proposta desta pesquisa em compreender a participação das cooperativas COAPROCOR e COAVRCAN no desenvolvimento local, utilizou-se os seguintes indicadores socioeconômicos de Corumbataí do Sul e Iretama, conforme definições adotadas pelo IPARDES (2018):

- Empregos formais: está relacionado ao total de vínculo empregatícios ativos. Esses dados também foram utilizados por segmento : no comércio atacadista (em Corumbataí do Sul) e no setor de serviços (em Iretama).
- Estabelecimentos formais: considera-se somente os estabelecimentos que apresentaram algum empregado em 31/12 ou que tiveram alguma admissão ao desligamento ao longo do ano.
- Valor Adicionado Fiscal (VAF): corresponde à diferença entre o valor das saídas das mercadorias, acrescido do valor das prestações de serviços tributáveis pelo ICMS e o valor das entradas de mercadorias e serviços recebidos em uma empresa em cada ano civil.

- Valor Bruto Nominal da Produção: é a receita bruta de cada produto, resultado da multiplicação do seu preço médio estadual pela respectiva estimativa de produção de cada município no ano de referência.

- ICMS arrecadado pelos municípios: a arrecadação está distribuída de acordo com o local de instalação do estabelecimento do contribuinte (quando cadastrado) e onde foi recebida, nos outros casos.

- Produto Interno Bruto (PIB): O Produto Interno Bruto é o total de riqueza (bens e serviços) gerada por um período (normalmente de um ano) em um espaço geográfico (País, região, Estado ou município).

O coeficiente de correlação (CR) usado foi o Coeficiente de Pearson (r), que

determina a intensidade e a direção da correlação entre as variáveis avaliadas em nível intervalar. É expresso por um índice numérico que varia de -1 a + 1, onde:

- - 1: Correlação negativa, inversa e perfeita;

- + 1: Correlação positiva, direta e perfeita (FEIJOO, 2010).

Para o cálculo da correlação de Pearson, foi utilizado o software estatístico R considerando os conjuntos de valores em que cada conjunto representa. Neste estudo, era esperado um sinal positivo de correlação entre os indicadores de desempenho econômico-financeiros das cooperativas e os indicadores socioeconômicos dos municípios, conforme os coeficientes de correlação (r) sistematizados no Quadro 1.

Variável dependente (cooperativa)	Variável independente (município)	COAPROCOR	COAVRCAN
		Correlação Pearson (r)	Correlação Pearson (r)
Despesas com Pessoal	Nº empregos gerados (total)	0,96	0,76
Despesas com Pessoal	Nº empregos comércio atacadista/ serviços	0,99	0,61
Despesas com Pessoal	Nº estabelecimentos (total)	0,73	0,88
Despesas com Pessoal	VBP total (R\$ 1.000,00)	0,72	0,87
Despesas com Pessoal	VBP Agricultura ((R\$ 1.000,00)	- 0,03	0,83
Despesas com Pessoal	VAF total (R\$ 1.000,00)	0,97	0,88
Despesas com Pessoal	ICMS (R\$ 1,00)	0,90	0,63
Despesas com Pessoal	PIB total (R\$ 1.000,00)	0,83	0,88
Sobras disponíveis	Nº empregos gerados (total)	0,99	0,66
Sobras disponíveis	Nº empregos comércio atacadista/ serviços	0,97	0,17
Sobras disponíveis	Nº estabelecimentos (total)	0,85	0,53
Sobras disponíveis	VBP total (R\$ 1.000,00)	0,61	0,53
Sobras disponíveis	VBP Agricultura ((R\$ 1.000,00)	-0,12	0,62
Sobras disponíveis	VAF total (R\$ 1.000,00)	0,94	0,63
Sobras disponíveis	ICMS (R\$ 1,00)	0,95	0,23
Sobras disponíveis	PIB total (R\$ 1.000,00)	0,74	0,62
Receita Operacional Bruta	Nº empregos gerados (total)	0,91	0,92
Receita Operacional Bruta	Nº empregos comércio atacadista/ serviços	0,93	0,64
Receita Operacional Bruta	Nº estabelecimentos (total)	0,78	0,81
Receita Operacional Bruta	VBP total (R\$ 1.000,00)	0,84	0,88
Receita Operacional Bruta	VBP Agricultura ((R\$ 1.000,00)	0,26	0,95
Receita Operacional Bruta	VAF total (R\$ 1.000,00)	0,99	0,93
Receita Operacional Bruta	ICMS (R\$ 1,00)	0,87	0,72

Receita Operacional Bruta	PIB total (R\$ 1.000,00)	0,93	0,95
Sobras (Lucro Líquido do Exercício)	Nº empregos gerados (total)	0,99	0,72
Sobras (Lucro Líquido do Exercício)	Nº empregos comércio atacadista/ serviços	0,99	0,27
Sobras (Lucro Líquido do Exercício)	Nº estabelecimentos (total)	0,82	0,55
Sobras (Lucro Líquido do Exercício)	VBP total (R\$ 1.000,00)	0,62	0,59
Sobras (Lucro Líquido do Exercício)	VBP Agricultura ((R\$ 1.000,00)	- 0,13	0,69
Sobras (Lucro Líquido do Exercício)	VAF total (R\$ 1.000,00)	0,95	0,68
Sobras (Lucro Líquido do Exercício)	ICMS (R\$ 1,00)	0,92	0,35
Sobras (Lucro Líquido do Exercício)	PIB total (R\$ 1.000,00)	0,75	0,68
Capital Social Integralizado	Nº empregos gerados (total)	0,97	0,67
Capital Social Integralizado	Nº empregos comércio atacadista/ serviços	0,89	0,18
Capital Social Integralizado	Nº estabelecimentos (total)	0,99	0,57
Capital Social Integralizado	VBP total (R\$ 1.000,00)	0,48	0,59
Capital Social Integralizado	VBP Agricultura ((R\$ 1.000,00)	- 0,17	0,69
Capital Social Integralizado	VAF total (R\$ 1.000,00)	0,87	0,70
Capital Social Integralizado	ICMS (R\$ 1,00)	0,98	0,27
Capital Social Integralizado	PIB total (R\$ 1.000,00)	0,61	0,71

**Quadro 1 - Coeficientes de Correlação de Pearson (r) envolvendo os indicadores econômico-financeiros da COAPROCOR e da COAVRCAM e os indicadores socioeconômicos dos seus respectivos municípios.**

Fonte: elaboração própria

Na interpretação do coeficiente de correlação (CR) de Pearson (r), entender-se-á que, se o coeficiente for positivo, significa que quando o conjunto de valores da variável independente aumenta ou diminui, o conjunto de valores da variável dependente caminha na mesma direção. Já, se o coeficiente em questão for negativo, a situação é contrária à mencionada anteriormente, isto é, se o conjunto de valores da variável independente aumenta ou diminui, o conjunto de valores da variável

dependente diminui ou aumenta, respectivamente (LEVIN; FOX, 2004).

Porém, ressalta-se que a análise de correlação permite a compreensão do comportamento de apenas algumas variáveis, não dimensionando a relação de causa e efeito entre elas. O Quadro 2 fornece um guia de como se poderá descrever e interpretar uma correlação dado o valor numérico.

- 1,00 ← correlação negativa perfeita	0,00 ← não há correlação	+ 0,10 ← fraca correlação positiva
- 0,60 ← forte correlação negativa		+ 0,30 ← correlação positiva moderada
- 0,30 ← correlação negativa moderada		+ 0,60 ← forte correlação positiva
- 0,10 ← fraca correlação negativa		+ 1,00 ← correlação positiva perfeita

**Quadro 2 – Parâmetro de análise do Coeficiente de Correlação (CR) de “r”.**

Fonte: Levin e Fox (2004).

Quanto às entrevistas, optou-se pela forma semiestruturada. A seleção da amostra é não probabilística intencional, em que foram realizadas nove entrevistas, selecionadas de acordo com os critérios a seguir:

- Seis entrevistas com cooperados agricultores familiares (três de cada cooperativa): buscou-se agricultores cuja base do seu trabalho fosse a agricultura familiar; cooperados com associação de, no mínimo, desde 2010; cooperados ativos (que estivessem entregando seus produtos e operando com a cooperativa); com residência nos municípios de Corumbataí do Sul (no caso da COAPROCOR) e Iretama (no caso da COAVRCAN).

- Duas entrevistas com os presidentes das respectivas cooperativas: por representarem a gestão das cooperativas de agricultura familiar estudadas.

- Uma entrevista com o secretário da agricultura de Iretama: um gestor do município que possuísse atividades vinculadas à prefeitura e relacionadas à agricultura familiar,

Por fim, realizou-se neste estudo, uma análise comparativa dos indicadores socioeconômicos dos municípios estudados, os índices de correlação de Pearson ( $r$ ) e as entrevistas.

## AS CONTRIBUIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DAS COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR COAPROCOR E COAVRCAN NO DESENVOLVIMENTO LOCAL: OS RESULTADOS QUALI-QUANTITATIVOS

Os indicadores socioeconômicos estudados representam a movimentação da economia nos municípios, conseqüentemente o consumo, a geração de emprego e de renda. Nesse sentido, realizou-se uma comparação entre a evolução desses indicadores e a atuação das cooperativas neste período. Para isso, utilizou-se dados dos órgãos governamentais, dados financeiros da COAPROCOR e da COAVRCAN e a realização de entrevistas.

Na correlação entre os indicadores econômico-financeiros das cooperativas e os indicadores socioeconômicos dos seus respectivos municípios, identificou-se, com exceção do VBP da agricultura em Corumbataí do Sul, que existe correlação positiva, considerando o período analisado, assim, quanto maior o desempenho econômico e financeiro da COAPROCOR e da COAVRCAN, maior será o crescimento dos indicadores sociais e econômicos estudados dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama.

Nas Tabelas 1 e 2 verifica-se o número de empregos (RAIS) por segmento e o percentual do setor em relação ao total, no período de 2009 a 2014, dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama.

**Tabela 1 - Número de empregos (RAIS) e percentual (%) do setor em relação ao total - Corumbataí do Sul.**

Empregos	2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	Nº	(%)										
Indústria	30	7,77	36	9,42	34	8,70	30	7,26	30	6,86	20	4,06
Construção Civil	-	-	2	0,52	4	1,02	5	1,21	3	0,69	3	0,61
Comércio Varejista	44	11,40	46	12,04	49	12,53	47	11,38	51	11,67	81	16,43
Comércio* Atacadista	15	3,89	16	4,19	23	5,88	44	10,65	53	12,13	74	15,01
Serviços	243	62,95	229	59,95	229	58,57	244	59,08	270	61,78	284	57,61
Agropecuária	54	13,99	53	13,87	52	13,30	43	10,41	30	6,86	31	6,29
Total	386	100,00	382	100,00	391	100,00	413	100,00	437	100,00	493	100,00

\*Onde estão computados os empregos gerados pela COAPROCOR, conforme o CNAE principal 46.33-8-01 (Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos)

Fonte: IPARDES (2018) - organizada pelos autores.

Nota: (-) sem informações.

**Tabela 2 - Número de empregos (RAIS) e percentual (%) do setor em relação ao total - Iretama (2009-2011).**

Empregos	2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Indústria	41	3,49	45	3,80	45	3,44	18	1,40	19	1,36	48	3,33
Construção Civil	37	3,15	31	2,62	36	2,75	16	1,24	13	0,93	112	7,77
Comércio varejista	105	8,94	122	10,31	154	11,76	160	12,41	178	12,77	174	12,07
Comércio atacadista	49	4,17	50	4,23	56	4,27	84	6,52	79	5,67	64	4,44
Serviços*	813	69,25	820	69,32	892	68,09	890	69,05	983	70,52	903	62,66
Agropecuária	129	10,99	115	9,72	127	9,69	121	9,39	122	8,75	140	9,72
Total	1.174	100,00	1183	100,00	1310	100,00	1289	100,00	1394	100,00	1441	100,00

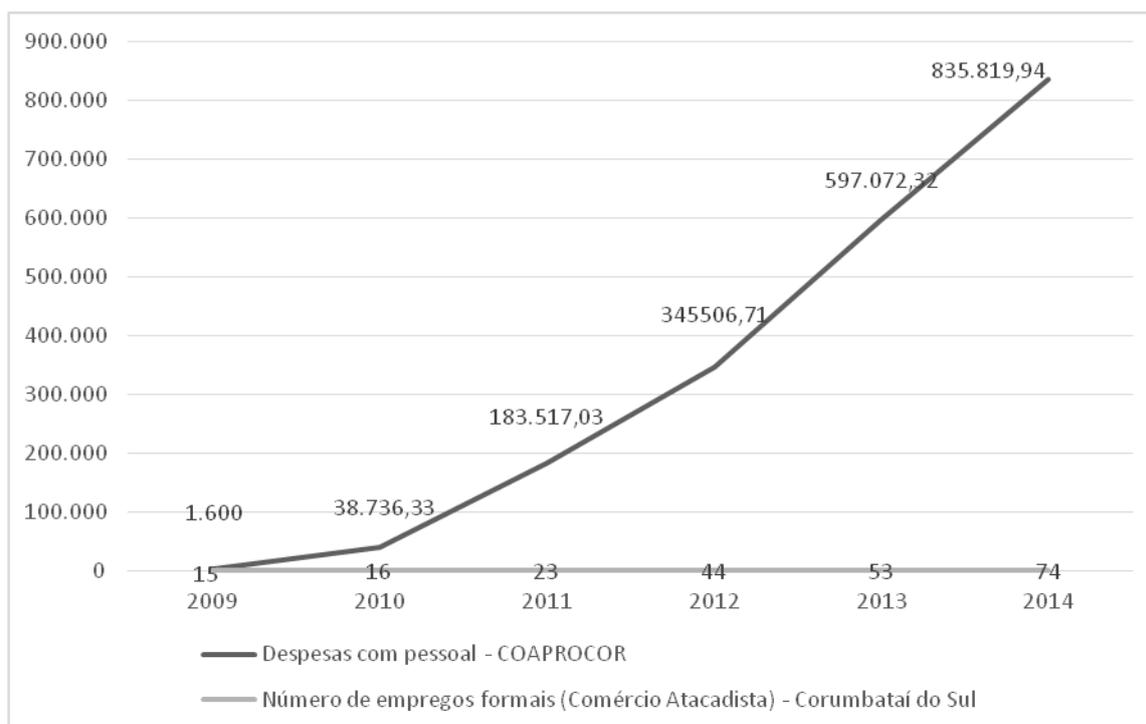
\*Onde estão computados os empregos gerados pela COAVRCAN, conforme o CNAE principal 94.12-0-99 (outras atividades associativas profissionais)

Fonte: IPARDES (2018) - organizada pelos autores.

A geração de empregos em Corumbataí do Sul, conforme a Tabela 1, ampliou em 27,72% de 2009 para 2014 e em Iretama esse percentual foi de 22,74% (Tabela 2). Observa-se ainda que os índices de correlação entre as variáveis dependentes (da cooperativa) e o número de empregos gerados, incluindo o setor comércio atacadista, foram de 0,89 a 0,99 (Quadro 1), indicando forte relacionamento entre essas variáveis.

A COAPROCOR enquadra-se na classificação de comércio atacadista, no município essa atividade teve uma evolução

constante no período estudado, com participação de 3,89% em 2009 e 15,01% em 2014 (ano com o maior número de empregos nesse setor). No mesmo período, conforme o Gráfico 1 (na sequência), tanto as despesas da cooperativa com pessoal quanto o número de empregos nessa atividade, aumentaram consideravelmente. Em 2012, o número de empregos no comércio atacadista cresceu 91% comparado a 2011, da mesma forma as despesas da cooperativa com pessoal tiveram um incremento de 88,27%.

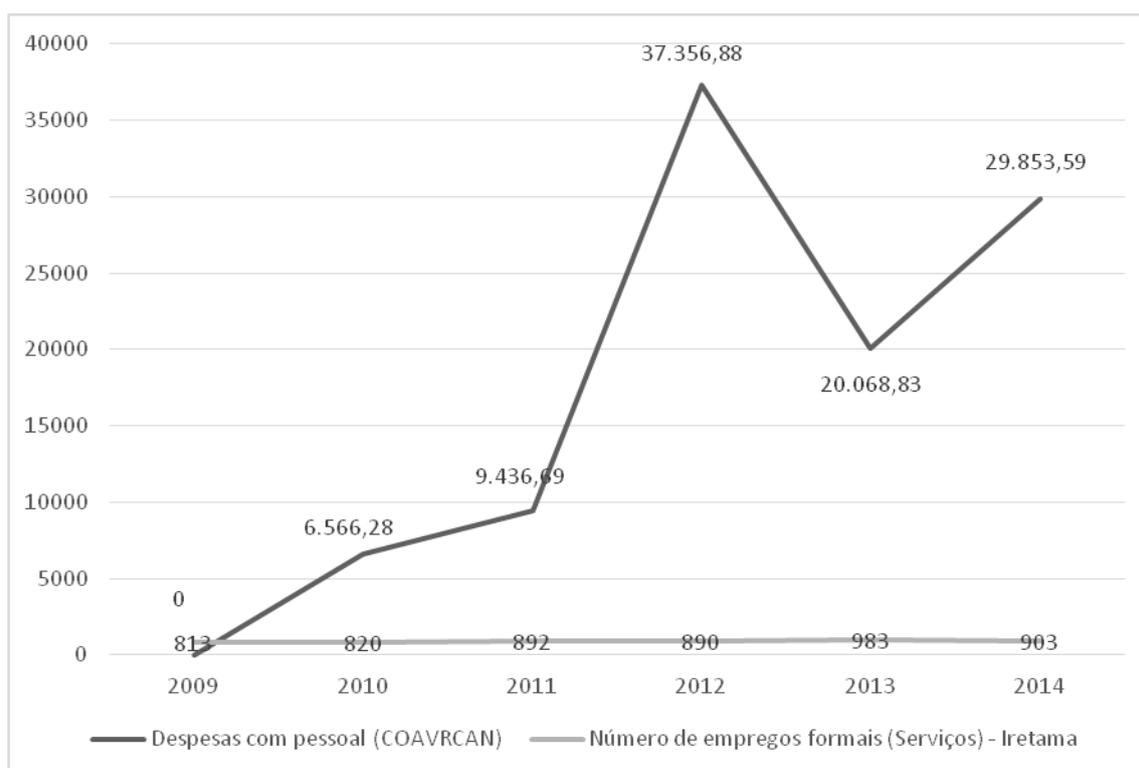


**Gráfico 1 - Despesas da COAPROCOR com Pessoal e Número de Empregos Formais no comércio atacadista em Corumbataí do Sul (2009- 2014).**

Fonte: Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE), IPARDES (2018).

Já a COAVRCAN enquadra-se no segmento serviços, conforme a Tabela 2. Esse setor é responsável por aproximadamente 67% dos empregos gerados em Iretama, sua maior participação ocorreu em 2013 com 70,52% do total. Em 2014, o segmento teve uma expansão de 11,07% comparado a 2009. Os índices de correlação entre as variáveis dependentes (da cooperativa) e o número de empregos gerados, foram de 0,66 a 0,92 (Quadro 1), menor que os índices da COAPROCOR, porém, também demonstra um forte relacionamento entre essas variáveis.

Verifica-se, no Gráfico 2, na sequência, que a COAVRCAN aumentou suas despesas com pessoal no período estudado. Ao verificar-se a correlação entre as despesas com pessoal e os números de empregos gerados no setor de serviços, identifica-se uma forte correlação entre essas variáveis de 0,61, porém, menor que a da COAPROCOR em seu segmento (0,99). Por outro lado, nota-se também no Gráfico 2, que mesmo sem a atuação da cooperativa, em 2009 esse segmento já empregava 813 funcionários.



**Gráfico 2 - Despesas da COAVRCAN com pessoal e Número de Empregados Formais do Setor de Serviços de Iretama (2009-2014).**

Fonte: Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE), IPARDES (2018)

A atividade do comércio atacadista, na qual a COAPROCOR está classificada, possui baixa participação no total de empregos gerados pelo município, podendo caracterizar poucas empresas atuando nesse setor. Assim, a COAPROCOR possui um papel representativo no desenvolvimento desse segmento. Por outro lado, em Iretama é o setor de serviços que mais gera empregos

no município, portanto, além da COAVRCAN possivelmente outras empresas estão atuando fortemente no desenvolvimento desta atividade.

Nas Tabelas 3 e 4 encontram-se os números de estabelecimentos formais dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama de 2009 a 2014.

**Tabela 3 - Número de estabelecimentos formais (RAIS) e percentual (%) do setor em relação ao total - Corumbataí do Sul (2009-2014).**

Estabelecimentos	2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	Nº	(%)										
Indústria	6	8,57	6	8,33	5	6,94	5	7,14	7	9,72	7	8,33
Construção Civil	-		2	2,78	1	1,39	2	2,86	2	2,78	9	10,71
Comércio varejista	21	30,00	24	33,33	23	31,94	23	32,86	25	34,72	31	36,90
Comércio atacadista	1	1,43	2	2,78	2	2,78	2	2,86	2	2,78	2	2,38
Serviços	17	24,29	14	19,44	16	22,22	16	22,86	15	20,83	16	19,05
Agropecuária	25	35,71	24	33,33	25	34,72	22	31,43	21	29,17	19	22,62
Total	70	100,00	72	100,00	72	100,00	70	100,00	72	100,00	84	100,00

Fonte: IPARDES (2018) - organizada pelos autores.

Nota: (-) sem informações.

Tabela 4 – Número de estabelecimentos formais (RAIS) e percentual (%) do setor em relação ao total – Iretama.

Estabelecimentos	2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	Nº	(%)										
Indústria	6	3,75	5	3,13	6	3,17	5	2,55	4	2,04	9	4,35
Construção Civil	8	5,00	8	5,00	11	5,82	6	3,06	4	2,04	7	3,38
Comércio varejista	54	33,75	51	31,88	65	34,39	70	35,71	71	36,22	72	34,78
Comércio atacadista	4	2,50	3	1,88	2	1,06	5	2,55	4	2,04	5	2,42
Serviços	25	15,63	25	15,63	33	17,46	37	18,88	35	17,86	33	15,94
Agropecuária	63	39,38	68	42,50	72	38,10	73	37,24	78	39,80	81	39,13
Total	160	100,00	160	100,00	189	100,00	196	100,00	196	100,00	207	100,00

Fonte: IPARDES (2018) – organizada pelos autores.

As cooperativas, a partir de sua atuação, podem interferir na movimentação da economia local, ampliando o número de empregos, comercializando os produtos de seus associados e proporcionando renda para fomentar o comércio da região, impulsionando o aumento de estabelecimentos formais no município. No caso de Corumbataí do Sul, conforme os dados da Tabela 3, o número de estabelecimentos passou de 70 em 2009 para 84 em 2014, um aumento de 20%, com destaque para o comércio varejista, pois representa 36,9% do total. Na análise de correlação, esse indicador apresenta forte relação com os indicadores da COAPROCOR.

No município de Iretama também houve crescimento no número de estabelecimentos (Tabela 4), passando de 160 em 2009 para 207 em 2014, um incremento de 29,38%, sendo que dois setores se destacam: a agropecuária, com 39,13% do total, e o comércio varejista, com 34,78% do total. Além disso, dois indicadores econômico-financeiros da COAVRCAN demonstraram forte correlação positiva com esses números, os quais são: despesas com pessoal e receita operacional bruta.

O aumento no número de estabelecimentos demonstra que existe demanda de consumidores nos municípios e empreendedores nessa região. Nas entrevistas, o presidente da COAVRCAN comenta que os valores recebidos pelos produtores da comercialização para o PNAE estadual movimentam o comércio local (Elpídio Tomaz, presidente da COVRCAN, 24.07.2017). O secretário da agricultura explica que esse dinheiro do programa volta para o comércio:

[...] O que acontece com esse dinheiro? Ele volta para o comércio. O produtor vende, recebe aqui e gasta aqui no comércio. Na verdade, é uma cadeia, um vai puxando o outro [...] a cooperativa COAVRCAN trabalha com o sócio no município, por exemplo, Campina da lagoa a gente faz entrega e o sócio é de lá, a gente não quer levar produto de fora, a gente só leva quando falta, então para o desenvolvimento do município é muito importante (Frederico Igor Westphal, secretário da agricultura de Iretama, 24.07.2017).

As Tabelas 5 e 6 apresentam os valores referente ao Valor Adicionado Fiscal (VAF) de Corumbataí do Sul e Iretama. De acordo com Mourão (2008, p. 141), o Valor Adicionado é “as REMUNERAÇÕES MONETÁRIAS dos Fatores de Produção, em

cada Setor integrante da CADEIA PRODUTIVA. Esse conceito põe em relevo o regime de dependência recíproca em que operam os setores produtivos". Portanto, esse

indicador tem influência direta no crescimento e no desenvolvimento econômico e social dos municípios.

**Tabela 5- Valor Adicionado Fiscal (VAF) R\$ 1.000,00 e percentual (%) do setor em relação ao total - Corumbataí do Sul (2009-2014).**

VAF (R\$ 1000,00)	2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	Valor	(%)										
Produção Primária	9.346	75,87	15.559	80,95	14.712	67,61	18.181	69,87	23.048	74,75	28.623	74,52
Indústria	763	6,19	884	4,60	1.207	5,55	1.369	5,26	1.157	3,75	912	2,37
Comércio/ Serviços	2.167	17,59	2.776	14,44	5.835	26,81	6.472	24,87	6.617	21,46	8.865	23,08
Recursos/ Autos	40	0,32	-		5	0,02	-		12	0,04	10	0,03
Per Capita	2	0,02	4	0,02	5	0,02	6	0,02	7	0,02	10	0,03
Total	12.318	100,00	19.220	100,00	21.761	100,00	26.023	100,00	30.835	100,00	38.411	100,00

Fonte: IPARDES (2018) - organizada pelos autores.

Nota: (-) sem informações.

Diante de tal importância desse indicador, no município de Corumbataí do Sul (Tabela 5), identifica-se, no período analisado, que a produção primária representa em média 74% do VAF, evidenciando a significativa contribuição desse segmento para a economia local. Em segundo lugar, saindo de 17,59% em 2009, para 23,08% em 2014 está o setor de comércio e serviços, com predominância nesse setor as ações da COAPROCOR, cuja atividade principal está classificada no CNAE 46.33-8-01 (comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos).

Os cooperados da COAPROCOR relataram a importância da cooperativa para o desenvolvimento da economia local, ressaltando que "a cooperativa traz renda

para o município ao proporcionar renda para o produtor, permitindo que as pessoas permaneçam no município, pois se não tiver população, não tem arrecadação" (AF 3, cooperado da COAPROCOR, 15.07.2017).

Nos índices de correlação, observou-se uma correlação praticamente perfeita em quase todos os indicadores da COAPROCOR e o VAF total, variando de 0,89 a 0,99. Do mesmo modo, os da COAVRCAN também demonstram uma forte correlação positiva com o VAF, de 0,63 a 0,93.

No município de Iretama (Tabela 6), a produção primária representa, em média, 66% do VAF com progresso gradativo, passando de 57,59% em 2009 para 73,74% em 2014. O setor de serviços está em segundo lugar, mas apresentando queda, passando de 34,05% em 2009 para 22% em 2014.

**Tabela 6 - Valor Adicionado Fiscal (VAF) R\$ 1.000,00 e percentual (%) do setor em relação ao total - Iretama (2009-2014).**

VAF (R\$ 1000,00)	2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)
Produção Primária	24.521	57,59	32.164	58,65	49.915	67,44	61.286	69,43	70.148	68,67	89.462	73,74
	3.555	8,35	6.238	11,37	7.374	9,96	8.681	9,83	6.953	6,81	5.172	4,26
Comércio/Serviços	14.496	34,05	16.364	29,84	16.728	22,60	18.301	20,73	24.975	24,45	26.685	22,00
Recursos/Autos	3	0,01	77	0,14	-	-	-	-	77	0,08	-	-
Per Capita	3	0,01	5	0,01	7	0,01	8	0,01	9	0,01	11	0,01
Total	42.576	100,00	54.845	100,00	74.018	100,00	88.268	100,00	102.155	100,00	121.320	100,00

Fonte: IPARDES (2018) - organizada pelos autores.

Nota: (-) sem informações.

Para os cooperados entrevistados da COAVRCAN, a cooperativa contribui para o desenvolvimento local porque, além de trazer recursos oriundos dos programas governamentais, gera renda para os agricultores e para terceiros que dependem da cooperativa. Relataram também, que esse montante é gasto pelo produtor no município de Iretama.

Na verdade, traz muito dinheiro, pois tem os recursos estaduais, acontece de uma cidade ter produtor, mas ele não entregar os produtos, por exemplo em Luiziana, aquele dinheiro acaba voltando para Iretama, para o comércio da cidade, pois a cooperativa pega o produto daqui quando não tem em outro município e faz a entrega (AF 4, cooperado da COAVRCAN, 24.07.2017).

Além do financeiro, o dinheiro que recebemos, gastamos no comércio dentro do próprio município, isso é um ciclo... A cooperativa hoje é de vital importância para o desenvolvimento do município e automaticamente dos cooperados que fazem parte dela e dos terceiros que também sobrevivem dela, pois algumas pessoas de maneira indireta ganham dinheiro com a cooperativa (AF 5, cooperado da COAVRCAN, 24.07.2017).

Verifica-se ainda, nas Tabelas 5 e 6, um crescimento consecutivo no VAF total dos dois municípios: Corumbataí do Sul com 211,83% e Iretama com 184,95% em 2014 comparado a 2009. De certo, quanto mais alto for o VAF de um município, maior será o valor a receber e a disponibilidade de recursos para a cidade realizar investimentos públicos e melhorar as condições de vida de seus habitantes.

O Valor Adicionado Fiscal (VAF) dos municípios estudados compreende o valor adicionado pelas transações econômicas de mercado, que se constituam em fato gerador do ICMS (MOURÃO, 2008). E o Imposto sobre Circulação de Mercadores e Serviços (ICMS) é um imposto indireto e “trata-se de um percentual aplicado aos preços de mercados para convertê-lo em PRODUÇÃO FÍSICA GOVERNAMENTAL” (MOURÃO, 2008, p. 48, destaques do autor).

De acordo com Mourão (2008, p.48) “[...] o consumidor final, ao recolher Imposto Indireto está automaticamente financiando os Serviços Públicos dos quais se beneficiará” e as empresas “estarão usufruindo dos Impostos Indiretos quando utilizam a Infraestrutura Econômica que o Governo disponibiliza para a consecução do Processo Produtivo empresarial (MOURÃO, 2008, p. 48)”.

Neste sentido, o aumento do valor arrecadado interfere diretamente no âmbito social e econômico, pois o município disponibilizará de mais recursos para investir em educação, segurança, saúde, infraestrutura. Para arrecadar recursos, o município necessita de movimentação na economia local, da população, de novas empresas. O presidente da COAVRCAN e um cooperado da COAPROCOR relataram a importância do pequeno produtor e da cooperativa para a movimentação da economia no município:

No nosso município se tirar a cooperativa, o município “vai para baixo”, porque não tem outro produtor, é só o pequeno produtor. O produtor de soja, ele vende o seu produto e vai gastar o dinheiro em Campo Mourão ou Maringá, ele não gasta aqui. Já com o pequeno produtor é diferente, ele recebe o seu dinheiro hoje e vai fazer a compra dele, pagar qualquer coisa, mas é aqui, dentro do município. Então, se não tivesse a cooperativa, um município pequeno como o nosso, que tem menos de 10.000 habitantes, não iria crescer, porque quem está movimentando é o pequeno produtor

(Elpídio Tomaz, presidente da COAVRCAN, 24.07.2017).

A gente que é produtor, precisa de uma associação. Na verdade, se não tem a associação em Corumbataí, o município seria um cemitério, porque só tem aposentado, e o preço do café não está pagando o trabalho e agora a gente não perde nada, tudo o que você produz, você vende. (AF 3 cooperado da COAPROCOR, 17.07.2017).

Na Tabela 7 (abaixo), constam os valores do ICMS arrecadado pelos municípios analisados, no período de 2009 a 2014. O acréscimo no valor arrecadado do ICMS em Corumbataí do Sul de 342,41% (2014 comparado a 2009) mostra-se significativo. Nota-se que, em 2013, o valor praticamente triplicou em relação ao ano anterior (passando de R\$ 14.214 para R\$ 42.562). Correlacionando esse indicador com as variáveis da COAPROCOR, constatou-se uma correlação praticamente perfeita entre todas elas, de 0,87 a 0,98.

**Tabela 7 - ICMS Arrecadado pelos municípios (R\$ 1,00) (2009-2014) - Corumbataí do Sul e Iretama.**

Localidade	2009	2010		2011	2012	2013	2014
Corumbataí do Sul	12.914	21.178		18.813	14.214	42.562	57.133
Iretama	267.373	247.862		300.466	334.749	472.107	376.324

Fonte: SEFA; IPARDES (2018) – organizada pelos autores

Já Iretama apresentou, no período analisado, um crescimento descontínuo, com queda em 2010 e 2014 com relação aos anos anteriores, no entanto, comparando 2009 a 2014 houve evolução de 42,89%, e 2013 foi o

ano de maior arrecadação. Esse indicador somente obteve uma forte correlação positiva com dois indicadores econômico-financeiros da COAVRCAN: despesas com pessoal (0,63) e receita bruta operacional (0,72).

**Tabela 8 - Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária (VBP - R\$ 1.000,00) e percentual (%) por variável em relação ao VBP total - Corumbataí do Sul e Iretama.**

Localidade	Variável	2009		2010		2011		2012		2013		2014	
		Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)
Corumbataí do Sul	Agricultura	14.649	69,29	23.552	71,96	28.274	70,00	20.671	56,67	22.429	49,23	19.734	48,10
	Florestais	290	1,37	315	0,96	383	0,95	401	1,10	393	0,86	415	1,01
	Pecuária	6.202	29,33	8.863	27,08	11.734	29,05	15.406	42,23	22.741	49,91	20.878	50,89
	Total	21.143	100,00	32.731	100,00	40.391	100,00	36.479	100,00	45.564	100,00	41.028	100,00
Iretama	Agricultura	16.053	36,95	14.972	24,97	21.905	26,43	27.378	28,47	36.343	31,48	40.930	33,44
	Florestais	1.524	3,51	2.470	4,12	12.197	14,72	13.608	14,15	6.401	5,54	5.501	4,49
	Pecuária	25.868	59,54	42.508	70,90	48.782	58,86	55.180	57,38	72.699	62,97	75.981	62,07
	Total	43.446	100,00	59.951	100,00	82.885	100,00	96.167	100,00	115.444	100,00	122.413	100,00

Fonte: IPARDES (2017) - organizada pela autora.

Na Tabela 8, encontram-se os valores de outro importante indicador socioeconômico, o Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária (VBP), o qual representa uma estimativa da geração de renda no meio rural, englobando produtos da agricultura, da pecuária, da silvicultura, do extrativismo vegetal, da olericultura, da fruticultura, de plantas aromáticas, medicinais e ornamentais, da pesca, dentre outros (PARANÁ, 2018).

O VBP da agricultura em Corumbataí do Sul aumentou 35% em 2014 com relação a 2009, contudo sua participação no VBP total diminuiu, passando de 69% em 2009 para 48,10% em 2014. Esses decréscimos influenciaram na correlação negativa entre a maioria dos indicadores da COAPROCOR. Possivelmente, esse resultado ocorreu com o incremento no VBP da Pecuária (passando de 29,33% do total em 2009 para 50,89% em 2014). Cabe ressaltar que a partir de 2012, conforme entrevista com presidente da COAPROCOR houve queda na produção de maracujá devido a intempéries climáticas e um vírus que causava endurecimento no fruto, levando a queda na produção (Olavo Aparecido Luciano, presidente da COAPROCOR, 15.07.2017), e influenciando a

redução do VBP na agricultura. O VBP total aumentou 94%.

Na Tabela 8, identifica-se ainda que, no município de Iretama, a participação da agricultura também teve queda em todos os anos comparados a 2009. Em média, representou 30%, mas o VBP da agricultura aumentou 154% em 2014 com relação a 2009. Do mesmo modo que em Corumbataí do Sul, houve um crescimento significativo e gradativo no VBP total, esse incremento foi de 181,76%.

A COAPROCOR e a COAVRCAN ao incentivarem a diversificação da produção e ao aumentarem as vendas podem contribuir com a expansão do VBP dos seus municípios. De fato, na análise de correlação, dos cinco indicadores da COAPROCOR, quatro demonstraram uma forte correlação positiva com o VBP total de Corumbataí do Sul, já nos da COAVRCAN, dois apresentaram forte correlação positiva com o VBP total e três obtiveram índices positivos moderados.

Nesse trecho da entrevista, o presidente da cooperativa destacou que a diversificação na pequena propriedade se tornou uma necessidade para comercialização. Ao ser questionado sobre quais produtos a COAVRCAN trabalha, ele explicou que são “[...] vários produtos,

depende da época, hoje nós levamos nas escolas laranja, milho verde, é a fruta da época. Também trabalhamos com hortaliças, com batata, batata doce, alface, chicória, couve, cebolinha, a horta completa” (Elpídio Tomaz, presidente da COAVRCAN, 24.07.2017).

A produção de soja em Iretama apresentou uma significativa participação no VBP de Iretama, de acordo com dados do IBGE (2018): em 2014, esse percentual foi de 73,07%, as demais dezoito culturas representaram 26,93%. Destas, as que possuíram maior participação foram: o trigo (12,63%), o milho (7,07%), o maracujá (2,85%), o café (1,55%), o feijão (1,43%) e a mandioca (0,47%). Dessa forma, identifica-se que o município possui diversificação em sua produção, já que de 2009 a 2014 foram acrescentados seis produtos, desconsiderando as plantações de hortaliças. Além disso, em 2014, das culturas permanentes, a área total colhida foi de 286 hectares, diversificados em 11 culturas, predominando o café, o maracujá, a uva e a laranja.

Com tal característica, em Corumbataí do Sul também há uma constante diversificação na produção agrícola, pois, nos dados do IBGE (2018), no ano de 2014 constam vinte e três produtos, demonstrando um acréscimo de nove culturas em relação a 2009, as quais são: amendoim, batata-doce, caqui, figo, limão, manga, melancia, tangerina e tomate. O incentivo da COAPROCOR ao cultivo de maracujá teve seu auge em 2009 sendo responsável por 29% do VBP, o segundo produto mais representativo. O primeiro foi o café, com

30,34%, e o terceiro a soja, com 20,44%. Verifica-se também, uma constante queda na produção de maracujá a partir de 2012, em 2014, passou a representar 7,75% do VBP. Esse fato ocorreu, conforme já mencionado nesse estudo, em virtude de intempéries climáticas e o aparecimento de um vírus que provocava o endurecimento dos frutos. A COAPROCOR buscou, por meio de parceiras como o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), um novo modelo de produção de maracujá-amarelo (IAPAR, 2016).

Para o presidente da COAPROCOR, “o associado é assim, se desperta por algumas atividades... a cooperativa sempre esteve à disposição para fazer a parte dela que é o pós-porteira, que é a comercialização. A maioria dessas culturas comercializadas foram apoiadas pela COAPROCOR [...]” (Olavo Aparecido Luciano, presidente da COAPROCOR, 15.07.2017)”. O trecho dessa entrevista deixa evidente a preocupação da COAPROCOR em incentivar a diversificação, bem como em criar mecanismos para a comercialização da produção de seus cooperados e, dessa forma, gerar renda.

As Tabelas 9 e 10 apresentam os valores do Produto Interno Bruto (PIB) de Corumbataí do Sul e Iretama. O PIB pode ser calculado pelo somatório do Valor Adicionado Bruto (VAB) dos setores, estes, por sua vez, representam o valor da produção menos o valor dos bens intermediários utilizados na produção (BLANCHARD, 2007).

**Tabela 9 - Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes (R\$ 1.000,00) e percentual (%) do Valor Adicionado Bruto (VAB) em relação ao PIB - Corumbataí do Sul (2009-2014).**

PIB (R\$ 1.000,00)	2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	Valor	(%)										
VAB agropecuária	9.707	34,57	18.171	46,10	20.528	44,39	18.407	39,64	19.329	36,93	16.266	31,11
VAB indústria	1.222	4,35	1.946	4,94	2.369	5,12	3.139	6,76	2.628	5,02	2.304	4,41
VAB serviços	6.360	22,65	8.469	21,49	10.777	23,30	10.496	22,61	13.194	25,21	14.244	27,24
VAB administração, saúde, educação pública e seguridade social	9.845	35,06	9.946	25,23	11.058	23,91	12.892	27,77	15.085	28,82	16.749	32,03
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos	947	3,37	883	2,24	1.516	3,28	1.497	3,22	2.108	4,03	2.724	5,21
PIB Total	28.082	100,00	39.416	100,00	46.247	100,00	46.431	100,00	52.344	100,00	52.287	100,00

Fonte: IBGE (2018) - organizada pelos autores.

**Tabela 10- Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes (R\$ 1.000,00) e percentual (%) do Valor Adicionado Bruto (VAB) em relação ao PIB - Iretama.**

PIB	2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)
VAB agropecuária	21.544	26,05	23.995	24,77	26.875	23,98	43.541	30,53	50.918	29,91	70.492	36,24
VAB indústria	3.486	4,22	4.206	4,34	5.998	5,35	7.795	5,47	9.274	5,45	10.161	5,22
VAB serviços	31.852	38,51	39.628	40,91	46.410	41,42	53.905	37,80	67.287	39,52	65.079	33,46
VAB Administração, saúde, educação pública e seguridade social	20.822	25,18	23.043	23,79	25.582	22,83	28.915	20,27	32.959	19,36	37.410	19,23
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos	4.999	6,04	5.984	6,18	7.191	6,42	8.460	5,93	9.826	5,77	11.366	5,84
PIB Total	82.702	100,00	96.856	100,00	112.056	100,00	142.616	100,00	170.264	100,00	194.507	100,00

Fonte: IBGE (2018) - organizada pelos autores.

Pode-se observar, na Tabela 9, um incremento de 86% no PIB do município de Corumbataí do Sul em 2014 comparado a 2009. Esses valores obtiveram um crescimento constante em todos os setores durante o período estudado. Os segmentos que possuem maior representatividade no valor total do PIB (2014) são: administração,

saúde, educação pública e seguridade social com 32,03%, agropecuária com 31,11% e serviços com 27,24%.

Em Iretama (Tabela 10), o PIB também apresentou expansão no período de 2009 a 2014. O PIB do município teve um incremento de 135% (2014), com participação de 36,24% da agropecuária, 33,46% do setor

de serviços, 19,23% da administração, saúde, educação pública e seguridade social e 5,84% dos impostos.

No crescimento econômico, a evolução desse indicador também está atrelada à elevação da renda e do consumo, visto que, quanto mais uma pessoa ganha, mais ela pode gastar e, assim, uma política de geração de renda leva a um aumento do consumo e, conseqüentemente, do PIB. Nesse sentido, sob a ótica da renda, o PIB é mensurado a partir das remunerações das famílias, o que engloba salários, lucros, juros e aluguéis. A essas remunerações são acumulados os impostos indiretos e deduzidos os subsídios (DORNBUSCH; FISCHER, 1991).

No caso da COAPROCOR e da COAVRCAN, o agricultor familiar busca nesse tipo de organização uma maneira de melhorar a renda, proporcionar o sustento da família, elevar o padrão de consumo, focando na união de interesses locais e, com o desenvolvimento econômico, conquistar o desenvolvimento humano e social da comunidade onde a cooperativa está inserida. A respeito disso, o presidente da COAPROCOR explica que “[...] dos oito milhões que girou no ano, a maior parte vai para a matéria-prima, que vem de onde? Sai da propriedade, sem dúvida nenhuma”.

Cabe ressaltar que a COAPROCOR já iniciou suas atividades com um trabalho que estava sendo realizado pela APROCOR e encontraram alternativas para comercializar a produção e alavancar seus recursos, sendo possível evidenciar um constante incremento na receita bruta, sobretudo a partir de 2010. A receita operacional bruta aumentou 3.650% em 2014 comparada a 2009 e as sobras (lucro líquido do exercício) do exercício cresceram 12.814% nesse período. Na entrevista, o presidente da COAPROCOR evidenciou que

os programas PAA e PNAE foram fundamentais para o aumento da receita da cooperativa (Olavo Aparecido Luciano, presidente da COAPROCOR, 15.05.2017).

Diferentemente, a COAVRCAN iniciou suas atividades com a cooperativa, dependendo dos recursos públicos dos programas PAA e PNAE e buscando soluções para comercialização e melhoria de renda dos seus cooperados.

As contribuições das cooperativas no desenvolvimento econômico do município, na geração renda e melhoraria na qualidade de vida dos seus cooperados foi mencionada em todas as entrevistas. Com efeito, um dos agricultores familiares entrevistados acrescenta a questão social, a criação de uma identidade por parte do agricultor, afirmando que “[...] não é somente na questão financeira a contribuição da cooperativa, nós precisávamos de uma identidade, porque o agricultor estava sem identidade, tinha muitos com vergonha de dizer que era agricultor pela discriminação da própria sociedade” (AF5, cooperado da COAVRCAN, 24.07.2017).

As reflexões apresentadas nas análises das entrevistas trouxeram fatos, opiniões e informações que ajudaram na compreensão dos números e mostraram a importância da participação das cooperativas no desenvolvimento local, evidenciada tanto na questão econômica, como na questão social.

## CONCLUSÃO

A agricultura familiar vem evoluindo significativamente, sobretudo com o auxílio das organizações sociais e das políticas públicas que buscam melhores condições financeiras e na procura de um espaço no mercado competitivo da atualidade. Isto posto, a emergência de programas governamentais que visam, acima de tudo,

promover o desenvolvimento socioeconômico dos pequenos produtores está na necessidade de se contribuir para a redução dos problemas sociais locais, permitir a inclusão produtiva em um mercado globalizado, gerar emprego e renda e possibilitar a permanência das famílias e do trabalho no meio rural.

Com o objetivo de criar soluções para se manterem no campo, produzir e vender seus produtos, bem como criar canais de comercialização, os agricultores familiares constituem as cooperativas de agricultura familiar. No caso das cooperativas estudadas, observou-se a necessidade da constituição das cooperativas para a comercialização, para facilitar o acesso aos programas governamentais e para superação dos desafios enfrentados como a crise do maracujá (no caso da COAPROCOR). Dessa forma, o desenvolvimento local depende e dependeu da união de todos os cooperados.

As políticas públicas direcionadas para esse segmento estão proporcionando melhores condições econômicas e melhoria na qualidade de vida dessa população. Os programas PAA e PNAE proporcionam fonte de renda para os cooperados e afetam a rentabilidade de ambas cooperativas, inclusive a COAVRCAN foi constituída para auxiliar os agricultores no acesso a esses programas e suas receitas dependem exclusivamente desses recursos.

A importância da cooperativa para a melhoria da condição de vida dos agricultores ficou evidente neste estudo, pois, além da entrega de produtos saudáveis para os alunos nas escolas municipais e estaduais, criou-se um mercado institucionalizado que está proporcionando melhoria na renda dos agricultores e uma merenda de qualidade. O

pequeno produtor passou a ter orgulho de sua profissão, incluindo-se socialmente.

Este estudo teve como objetivo compreender a participação da COAPROCOR e da COAVRCAN na promoção do desenvolvimento local dos municípios de Corumbataí do Sul e Iretama, e os índices de correlação entre os indicadores socioeconômicos dos municípios e os indicadores econômico-financeiros das cooperativas mostraram-se, na maioria, positivos, com correlação moderada ou forte. Apesar, de não indicarem causa e efeito, esse resultado demonstra que, quanto maior o desempenho econômico e financeiro da COAPROCOR e da COAVRCAN, maior será o crescimento dos indicadores socioeconômicos.

Além disso, constatou-se que, desde a constituição das cooperativas em 2009, houve crescimento nos indicadores socioeconômicos e aumento na diversificação da produção dos municípios. Da mesma forma, nas entrevistas realizadas foram relatadas a importância das cooperativas para o desenvolvimento local e para os seus cooperados.

Os entrevistados mencionaram que as cooperativas contribuíram para: a) o crescimento da economia local; b) diversificação da produção; c) fortalecimento do capital social; d) melhoria na renda e na qualidade de vida dos cooperados; e) resgatar a identidade do agricultor familiar; f) facilitar a comercialização da produção; g) facilitar a compra de produtos; h) acessar as políticas públicas, especificamente os programas PAA e PNAE.

Portanto, constatou-se neste estudo, que as organizações cooperativistas podem criar estratégias capazes de melhorar as condições econômicas e sociais de uma região, como é o caso das cooperativas de

agricultura familiar COAPROCOR e desenvolvimento local.  
COAVRCAN que têm contribuído no

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; PIKETTY, Marie G. Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, jan/abr, p. 53-66, 2005.

ALFATIN, Iara G. **Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar: uma apreciação sobre a trajetória brasileira**. 225 folhas. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - UNB - CDS - Universidade de Brasília, Brasília - DF, 2003.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. **Diário Oficial da Casa Civil da Presidência da República**, Brasília, DF, 16 dez. 1971.

\_\_\_\_\_. Lei N. 10.696, de 2 de Julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da Casa Civil da Presidência da República**, Brasília, DF, 2 jul. 2003.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 11.326 de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da Casa Civil da Presidência da República**, Brasília, DF, 24 Jul. 2006.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da Casa Civil da Presidência da República**, Brasília, DF, 16 jun. 2009.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 4 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BUAINAIN, Antonio M.; ROMEIRO, ADEMAR R.; GUANZIROLI, Carlos E., Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez, 2003.

BUARQUE, Sergio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: Incra, 1999.

CHIES, Claudia; ROCHA, Márcio M. A agricultura familiar e as políticas públicas: avaliação dos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste-PR. **Revista Percurso**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 27-54, 2015.

CUNHA, Wellington A. et al. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 55, n. 3, p. 427-444, jul./set. 2017.

DORNBUSCH, Rudige; FISCHER, Stanley. **Macroeconomia**. São Paulo: Pearson Makron Bookm,1991.

FEIJOO, Ana Maria L. C. Correlação. In: **A pesquisa e a estatística na psicologia e na educação** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010, p. 70-77.

GIL, Antônio C. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 10 ed. São Paulo: Pearson, 2006.

IAPAR. Instituto Agrônômico do Paraná. **IAPAR propõe novo sistema de produção para maracujá no Paraná.** Londrina: IAPAR, 2016. Disponível em: <http://www.iapar.br/2016/01/1855/Iapar-propoe-novo-sistema-de-producao-para-maracuja-no-Parana.html> Acesso em: 10 abr. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades.** Disponível em: [http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=\\_EN&coduf=41&search=parana](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=_EN&coduf=41&search=parana) Acesso em: 10 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Banco de dados SIDRA.** Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/> Acesso em: 10 fev. 2018.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Base de dados do Estado.** Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php> Acesso em: 10 fev. 2018.

LEONELLO, João Carlos. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária.** 145 f. Tese (doutorado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista, Franca, SP, 2010.

LEVIN, Jack; FOX, James Alan. **Estatística para ciências humanas.** São Paulo: Prentice Hall, 2004.

MANTELLI, Jussara; MOURA, José F. S. Produção alimentar de base ecológica na agricultura familiar. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47, jul., p. 1-12, 2011.

MOURÃO, Francisco de Assis. **Contabilidade Social.** Manaus: EDUA, 2008.

OLIVEIRA, Kaiza C. da S.; PINHEIRO, Lessi I. F. Avaliação de políticas públicas: uma perspectiva em dados do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, In: **Observatório de la Economía Latinoamericana**, n. 206, 2015. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/15/alimentos.html> Acesso em: 13 Dez. 2016.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. **Preços médios de terras agrícolas.** Disponível em: [http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/terras\\_pdf\\_publicacao.pdf](http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/terras_pdf_publicacao.pdf) Acesso em: 20 fev. 2018

PINHO, Diva B. Cooperativismo: Fundamentos Doutrinários e Teóricos. In: NUNES, Cesar; COSTA, Davi R. M; SCHNEIDER, José C.; PANZUTTI, Ralph; BIALOSKOSKI NETO, Sigismundo (Orgs.). **Educação Cooperativista.** São Paulo: OCESP/SESCOOP-SP, 2001, p. 72-102.

RESENDE, Cátia Meire; MAFRA, Rennan Lanna M. Desenvolvimento Rural e Reconhecimento: tensões e dilemas envolvendo o Pronaf. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 54, n. 2, p. 261-280, Abr/Jun 2016.

RIBEIRO, Ana L. P. et al. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto - GEDECON Unicruz.** Cruz Alta, v.1, n. 1, p. 36-49, 2013.

ROCHA, Ana G. P. et al. Um panorama do Programa de Aquisição de Alimentos no Estado da Bahia: estudos de caso em Boa Vista do Tupim, Tapiramutá e Vitória da Conquista. **Revista Sociedade e Desenvolvimento Rural.** Brasília, v.1, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/view/27/24> Acesso em: 13 Dez. 2016.

VASCONCELOS, Eduardo M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa.** 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

**NOTA 1**

<sup>1</sup>A presente pesquisa limita-se aos anos compreendidos de 2009 a 2014 devido à falta de dados dos indicadores socioeconômicos (quando foi realizado este estudo) de anos subsequentes.

<sup>2</sup>Vide os estudos de Navarro (2010), Lima e Figueiredo (2006), Abramovay (2006), Buianain et al. (2003), Schneider (2003), Delgado (2001), Lamarche (1993).

<sup>3</sup>Considerando que o beneficiário direto é o agricultor familiar, portador da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

<sup>4</sup>Utilizou-se por segmento de acordo com o cadastro de cada cooperativa na Classificação Nacional de Atividade Econômicas – CNAE.

<sup>5</sup>Como as cooperativas foram constituídas no último semestre de 2009, as movimentações efetivamente ocorreram em 2010.

<sup>6</sup>Foram encontrados dados sobre a produção de hortaliças na SEAB – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento somente a partir de 2013.

**NOTA 2**

(1) Mestre em Sociedade e Desenvolvimento pela Universidade Estadual do Paraná/UNESPAR. Especialista em Gestão Empresarial pelo Centro Universitário Integrado e em Neuropsicopedagogia pela Faculdade São Braz. Graduada em Administração com Habilitação em Marketing e em Pedagogia pelo Centro Universitário de Maringá/UNICESUMAR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5133-0550>

(2) Doutora em Ciências Pedagógicas pela Universidade Pedagógica de Holguín (2003), professora visitante do PPGE da UFJF-MG. Pós-doutorado em Sociedade e Desenvolvimento no PPGSeD da UNESPAR, PR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2502-276X>

(3) Doutor em Geografia pela UNESP-Universidade Estadual Paulista - Faculdade Júlio Mesquita Filho. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá/UEM. Especialista em metodologia de Ensino pela UNOPAR - Faculdades Integrada do Norte do Paraná. Graduado em geografia pela Universidade Estadual de Maringá/UEM. Atualmente é professor adjunto do colegiado do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão. Professor adjunto do colegiado do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão. Professor do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão-PR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3582-6702>

*Enviado: 26/08/2020*

*Aceito: 17/11/2020*